

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Nº: 138/2017

A Secretaria de Município do Meio Ambiente do Rio Grande, criada pela Lei Municipal N° 5.793/2003, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal n° 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal n° 99.274/1990 e conforme habilitação homologada pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções CONSEMA N° 288/2014, COMDEMA N° 001/2011 e Convênio de Delegação de Competência em Ações de Meio Ambiente, conforme Lei Municipal N° 7.966/2015 que disciplina o Licenciamento Ambiental Municipal e com base nos autos do Processo Administrativo N° 365/2015, expede o presente documento de Licença Ambiental que autoriza:

I. DADOS DO EMPREENDEDOR

Nome: Prefeitura Municipal do Rio Grande
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Largo Eng. João F. Moreira, s/n° (PMRG)
Bairro/CEP: Centro/96200-010
Município/Estado: Rio Grande/RS

II. DADOS DO EMPREENDIMENTO

Razão Social: PMRG – Pavimentação e Drenagem do Bairro Junção
CNPJ: 88.566.872/0001-62
Endereço: Diversas vias do bairro
Bairro/Loteamento: Bairro Junção
CEP: Não informado
Área total do empreendimento: –
Latitude: –
Longitude: –

III. DADOS DO LICENCIAMENTO/ATIVIDADE

Atividades: Obras de pavimentação e drenagem
Potencial Poluidor: –
Porte: –
Área útil licenciada: –
Vigência: 10/10/2017 a 10/10/2020

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Prefeitura Municipal
do RIO GRANDE
Aqui tem Governo Popular

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Secretaria de Município do Meio Ambiente



IV. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO LICENCIAMENTO

Nome: Não se aplica
Conselho Profissional: –
Número Registro/ART: –

V. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1. Condições gerais:

1.1. Esta Autorização contempla exclusivamente as atividades de **Obras de pavimentação e drenagem** nas ruas do Complexo Junção e adjacências, identificadas a seguir, de responsabilidade de **PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE – PMRG:**

- 1.1.1. **Rua 1:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre a Av. Itália e o limite Oeste do loteamento, totalizando área superficial de 13.825 m²;
- 1.1.2. **Rua 3:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre a Rua 2 e a Rua B, totalizando área superficial de 4.335 m²;
- 1.1.3. **Rua 5:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre a Rua 1 e a Rua 2, totalizando área superficial de 2.915 m²;
- 1.1.4. **Rua 6:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre a Rua 1 e a Rua 2, totalizando área superficial de 3.570 m²;
- 1.1.5. **Rua Local 1:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre 40 metros da Rua 1 no sentido Noroeste e 40 metros da Rua 1 no sentido Sudeste, totalizando área superficial de 1.010 m²;
- 1.1.6. **Rua B:** pavimentação e drenagem no trecho compreendido entre a Rua 3 e o limite do loteamento com a Vila Cibrazem, totalizando área superficial de 1.200 m²;
- 1.1.7. **Avenida Itália:** drenagem no trecho compreendido entre a Rua 1 e a Rua Vereador Pedro Corrêa de Azevedo (Bairro Bernadeth), totalizando eixo de escoamento de 289 metros.

1.2. Esta Autorização contempla movimentação de terra, instalação de tubulações, galerias, caixas tipo Boca de Lobo, pavimentação asfáltica, pavimentação com bloco de concreto, colocação de meio fio, implantação de passeio público e sinalização, não sendo permitida outra atividade diferente da informada pela Secretaria de Município de Infraestrutura (SMI) e pelo Gabinete de Programas e Projetos Especiais (GPPE) e que não tenha sido apresentada na documentação entregue à SMMA;

1.3. O empreendedor deverá apresentar à SMMA, **antes do início das obras:**

- 1.3.1. Documentação da empresa contratada para a execução da obra;
- 1.3.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução das obras.

1.4. No caso de qualquer alteração nos procedimentos, incluindo modificações de projeto, a SMMA deverá ser previamente informada;

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

- 1.5. As obras deverão respeitar as Áreas de Preservação Permanente definidas na Lei Federal N.º 12.651/2012 (Código Florestal), na Resolução CONAMA N.º 303/2002, nas Leis Estaduais N.º 9.519/1992 (Código Florestal Estadual), e N.º 11.520/2000 (Código Estadual do Meio Ambiente), bem como na Resolução CONSEMA 291/2015 e Lei Municipal 6.585/2008 (Plano Diretor Municipal) e 6.832/2009 (Plano Municipal de Arborização Urbana);
- 1.6. Deverão ser atendidos os requisitos para acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, dispostos nas Leis Federais nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, regulamentadas pelo Decreto Federal nº 5.296/2004, e os parâmetros técnicos estabelecidos pela NBR nº 9.050/2015;
- 1.7. Durante as obras deverão ser implantados locais de passeio público aos transeuntes e veículos, devendo os mesmos ser devidamente sinalizados;
- 1.8. No caso de haver grama no local com necessidade de remoção a mesma deverá ser removida em forma de leivas e ser destinada, preferencialmente, para utilização em obras da Prefeitura Municipal do Rio Grande;
- 1.9. O responsável deverá implantar as melhores tecnologias disponíveis para o desenvolvimento da atividade ora autorizada, bem como planejar a adoção de procedimentos que evitem ou minimizem a geração de efluentes, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
- 1.10. As atividades deverão ser conduzidas por um Responsável Técnico;
- 1.11. **No prazo de 30 (trinta) dias após o término das intervenções**, o responsável deverá apresentar à SMMA **Relatório Técnico e Fotográfico** contemplando o início e o final das atividades, com respectiva ART, devidamente assinada e com comprovante de quitação;
- 1.12. Ressalta-se que a SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e medidas de controle e adequação, bem como suspender ou cancelar uma licença expedida quando ocorrer a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, segundo Art. 12 da Lei Municipal nº 7.966/2015.

2. Quanto à fauna e à flora:

- 2.1. Este documento não autoriza qualquer intervenção em vegetação arbórea na área em questão, de acordo com o Art. 6º da Lei Estadual nº 9.519/1992 (Código Florestal do Estado do Rio Grande do Sul), a qual deverá ocorrer conforme diretrizes e orientações da Unidade de Arborização e Poda (UAP) – SMMA;
- 2.2. Ainda que autorizadas as atividades de supressão e/ou manejo pela UAP, não poderá haver qualquer atividade de intervenção na área em questão se constatada a presença de fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, de acordo com as Leis Federais nº 5.197/1976 – Lei de Proteção à Fauna e nº 9.605/1998 – Lei de Crimes Ambientais e demais legislações pertinentes;
- 2.3. Na necessidade de intervenção a que se refere o item 2.2, a SMMA deverá ser previamente comunicada, assim como, a autorização ambiental para o manejo, quando for o caso, deverá ser

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

requerida junto ao órgão ambiental competente;

- 2.4. O responsável deverá atentar-se para a Lei Municipal nº 6.832/2009 – Plano Diretor de Arborização Urbana do Município do Rio Grande, no que tange aos parâmetros referenciais para implantação de arborização em calçadas;
- 2.5. Deverá ser apresentada à SMMA, no prazo de 30 dias, indicação em Planta de Situação/Localização das áreas verdes disponíveis para futura implantação de projeto paisagístico.

3. **Quanto às emissões sonoras e atmosféricas:**

- 3.1. Os níveis de ruído gerados pela atividade deverão estar de acordo com as NBRs nº 10.151/2000 e nº 10.152/2000, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA nº 01/1990;
- 3.2. Deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas durante as atividades, de modo a não causar incômodos à vizinhança;
- 3.3. As obras deverão ser conduzidas de forma a evitar a emissão de substâncias odoríferas e de material particulado visível para a atmosfera em quantidades que estejam fora dos limites estipulados pela legislação ambiental vigente, sendo que os depósitos de materiais deverão ser cobertos e deverá ser realizada periodicamente aspersão de água no local;
- 3.4. O responsável deverá promover a manutenção periódica e preventiva dos equipamentos e veículos a fim de controlar a emissão de poluentes.

4. **Quanto aos resíduos sólidos:**

- 4.1. **Não será permitido o encaminhamento de resíduos à central de triagem de resíduo sólido urbano com estação de transbordo localizada na Vila Maria dos Anjos, tendo em vista o Indeferimento de sua Licença de Operação – INLO Nº 171/2017-DL;**
- 4.2. O responsável deverá se adequar à Lei Nacional nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na gestão e gerenciamento de resíduos, segundo Art. 35 do Decreto 7.404/2010, o qual regulamenta referida lei, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- 4.3. Os resíduos gerados durante as obras deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária nas áreas objeto deste licenciamento, observando a NBR 10.004/2004, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 4.4. Deverá ser implantada uma área específica para o armazenamento de resíduos sólidos recicláveis, devidamente identificada, visando fomentar a separação dos resíduos por parte dos funcionários, além de facilitar a correta destinação destes materiais;
- 4.5. Os resíduos da construção civil gerados durante as obras deverão ser gerenciados de acordo com o

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

disposto na Resolução CONAMA N° 307/2001;

- 4.6. Não poderão ser dispostos ou destinados resíduos ou rejeitos em praias, mar ou qualquer corpo hídrico, *in natura*, a céu aberto ou outras formas vedadas pelo poder público;
- 4.7. É proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, reconhecidas pelo órgão ambiental competente do Estado, conforme parágrafo 3° do Art. 19 do Decreto Estadual n° 38.356/1998;
- 4.8. As lâmpadas fluorescentes, se usadas, deverão ser armazenadas íntegras, embaladas individualmente em papel ou papelão de origem e acondicionadas de forma segura para posterior transporte a empresas que realizem sua descontaminação;
- 4.9. Todas as peças defeituosas com uso descartado e materiais decorrentes de demolição deverão ter disposição final adequada;
- 4.10. O responsável deverá verificar e manter cópia da licença ambiental das empresas para as quais seus resíduos serão encaminhados e atentar para o seu cumprimento, pois, conforme o Art. 9° do Decreto 38.356/98, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de terceiros;
- 4.11. A contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final/disposição de resíduos não isenta o empreendedor da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos/rejeitos;
- 4.12. Deverá ser entregue à SMMA, **semestralmente**, **Planilha de Movimentação de Resíduos**, contendo relação completa dos resíduos gerados/destinados **durante a obra** (dados do destinatário, data da entrega, tipo de resíduo e quantidade, assinatura do gerador e do responsável pelo recebimento e número da Licença Ambiental do local de recebimento).

5. **Quanto à drenagem pluvial:**

- 5.1. Não será permitido o lançamento de águas pluviais no sistema de esgotamento sanitário;
- 5.2. Não será permitido o lançamento de esgotamento sanitário do sistema de esgotamento de águas pluviais;
- 5.3. A água decorrente do rebaixamento temporário do nível do lençol freático deverá ser direcionada às galerias ou valas de águas pluviais mais próximas, evitando o alagamento da vizinhança.

6. **Quanto às instalações provisórias e vias de acesso:**

- 6.1. A água a ser utilizada para o desenvolvimento das atividades da obra deverá ser fornecida pela Companhia Rio Grandense de Saneamento – Corsan, Unidade de Saneamento de Rio Grande/RS;
- 6.2. Fica proibido o uso de água subterrânea, o qual somente será permitido mediante apresentação, à SMMA, de Outorga do Uso da Água, solicitada junto ao Departamento de Recursos Hídricos (DRH), da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA);

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

- 6.3. A entrada provisória de energia deverá adotar todos os procedimentos de segurança exigidos pela NR 10 e pela concessionária de energia;
- 6.4. Os geradores, caso colocados nos canteiros de serviços, deverão estar de acordo com as devidas Normas Regulamentadoras;
- 6.5. Em relação às áreas de vivência dos Canteiros de Obra, o empreendedor deverá obedecer à NBR n° 12.284/1991;
- 6.6. Toda a área do canteiro de obras deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes;
- 6.7. Os blocos e peças não poderão ser empilhados de forma a congestionar o passeio público e/ou impedir o acesso dos moradores a suas residências;
- 6.8. A limpeza do canteiro de obras deverá ser feita periodicamente, evitando o acúmulo excessivo de entulho no local;
- 6.9. Não será permitida a colocação de contêineres e/ou similares em calçadas, interrompendo o passeio público;
- 6.10. O(s) banheiro(s) químico(s) a ser(em) utilizado(s) durante a execução da obra deverá ser locado de empresas devidamente licenciadas e o empreendedor deverá apresentar à SMMA, antes do início das obras, a devida **Licença Ambiental vigente e o contrato de locação do mesmo**;
- 6.11. O responsável deverá manter os acessos internos e externos sinalizados e as instalações das obras limpas, organizadas e em bom estado de higiene, especialmente as vias de circulação e passagens, coletando e removendo regularmente as sobras de materiais, entulhos e detritos em geral;
- 6.12. A área em obras deverá ter controle de acesso, ser mantida cercada, bem como devidamente identificada, a fim de evitar a entrada de pessoas e veículos não autorizados, animais e dispersão de resíduos em áreas lindeiras;
- 6.13. As vias e as estradas utilizadas para acesso ao local deverão estar devidamente sinalizadas e em bom estado de conservação;
- 6.14. A execução dos serviços não poderá ser iniciada sem as devidas sinalizações necessárias e as mesmas deverão ser removidas logo após o término dos serviços.

7. **Quanto à movimentação de terra (corte e aterro):**

- 7.1. Caso seja necessário o uso de materiais minerais, as jazidas a serem utilizadas no empreendimento deverão possuir Licença Ambiental, de acordo com o Art. 22 do Decreto Federal n° 98.812/1990, que regulamenta a Lei Federal n° 7.805/1989, devendo ser encaminhados **comprovantes de origem à SMMA, no prazo de até 30 (trinta) dias após aquisição dos mesmos**;
- 7.2. Deverá ser mantida a rotatividade de utilização do material depositado, de forma a garantir a segurança e a operacionalidade das áreas;
- 7.3. O responsável deverá passar caminhão-pipa diariamente e quantas vezes forem necessárias durante

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

a execução dos serviços nas vias e no local da atividade, com a finalidade de decantar o material particulado;

- 7.4. Os resíduos provenientes da movimentação de corte e aterro devem ser encaminhados a locais predefinidos e devidamente licenciados, devendo ser incluídos na Planilha de Movimentação de Resíduos a que se refere o item 4.12 desta Autorização;
- 7.5. Não será permitido aterro com lixo ou material contaminado por produtos químicos ou biológicos;
- 7.6. Deverão ser utilizados métodos de escavação que evitem ocorrência de perturbações oriundas do deslocamento de terra, em especial nas regiões próximas a prédios, edifícios, vias públicas ou servidões prediais;
- 7.7. Nos locais a serem aterrados onde existam estruturas subterrâneas, deverá ser dada atenção especial à escolha do método e da energia de compactação;
- 7.8. O empreendedor deverá estocar e armazenar os materiais de forma a não prejudicar o trânsito de pessoas e a circulação de materiais, não obstruir portas e saídas de emergência, nem impedir o acesso a equipamentos de combate a incêndio.

8. **Quanto à segurança e aos riscos operacionais:**

- 8.1. Deverão ser atendidas as exigências da portaria do MTB N° 3.214/1978, que aprova as Normas Regulamentadoras – NR's – do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina no Trabalho, principalmente no que tange:
 - 8.1.1. Riscos Ambientais;
 - 8.1.2. Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais;
 - 8.1.3. Sinalização de Segurança.
- 8.2. Deverá ser prevista a implantação de equipamentos de segurança em todas as instalações que ofereçam riscos, em conformidade com as normas vigentes.

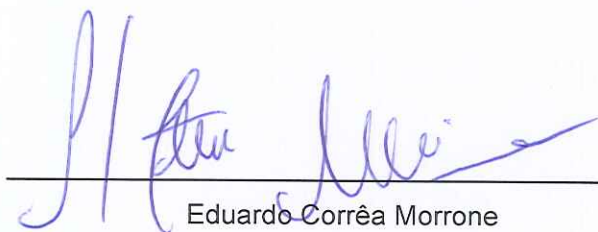
VI. OBSERVAÇÕES:

- I. Havendo alteração nos atos constitutivos, cópia da mesma deverá ser apresentada, imediatamente, à SMMA, sob pena de o empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento;
- II. Este documento perderá sua validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade ou algum prazo estabelecido nas condições acima seja descumprido;
- III. Este documento não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;
- IV. A violação das condições impostas no presente documento acarretará a incidência das sanções administrativas, civis e penais cabíveis a espécie;

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!

- V. A critério da SMMA poderá ser exigida documentação complementar;
- VI. Qualquer alteração significativa na atividade deverá ser informada a esta Secretaria. Caso haja mudança significativa na atividade, descumprimento de alguma restrição contida acima ou mudanças na legislação ambiental ora em vigor, este documento poderá ser revisado e revogado por esta Secretaria;
- VII. O presente documento é emitido com base na legislação vigente e pareceres técnicos dos integrantes da equipe técnica multidisciplinar da Unidade de Licenciamento e Fiscalização Ambiental da SMMA, constantes no referido processo de licenciamento ambiental;
- VIII. Este documento deverá estar disponível no local da atividade para efeito de fiscalização;
- IX. Anuência aos Termos do presente documento: Sarah Almod, em 09/03/2018

Rio Grande, 10 de outubro de 2017.



Eduardo Corrêa Morrone
Secretário de Município do Meio Ambiente
Prefeitura Municipal do Rio Grande

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!